



Escassez de medicamentos para atender pacientes de covid é mais uma discórdia entre a Saúde e os governadores. Em Brasília, Ministério Público interpõe recurso no STJ para restabelecer decisão de desembargador federal que determina lockdown no DF

Kit intubação opõe ministério e estados

» BRUNA LIMA
» MARIA EDUARDA CARDIM

Não há mudança na liderança do Ministério da Saúde que cesse os atritos entre o governo federal e lideranças estaduais. O embate da hora reside nos medicamentos para intubação dos pacientes de covid-19. Em meio à escassez de oferta e uma alta demanda, União e estados jogam um para o outro a responsabilidade de manter os estoques abastecidos. O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), reclama da demora da ação por parte da pasta federal, enquanto o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, frisa que a solução deve vir de um movimento tripartite. Ontem, o titular da pasta alfinetou o governador tucano, ao dizer que os estados devem agir para obter o chamado kit intubação e não apenas solicitar providências ao ministério.

Em resposta à crítica de Doria sobre a ausência de resposta do Ministério da Saúde a nove ofícios enviados à pasta solicitando medicamentos para intubação, Queiroga tratou de mostrar as ações da pasta. Destacou, logo no início de uma coletiva de imprensa, a entrega de 2,3 milhões de remédios. E disse que “a obrigação de adquirir esses medicamentos é de municípios e estados”. “Não adianta só mandar ofício, é preciso trabalhar junto”, disse Queiroga.

“Os estados também têm que procurar esses medicamentos, sobretudo os grandes. Existem estados que têm uma economia maior que a de países, que têm condições de buscar esses insumos. Não é só empurrar isso para as costas do Ministério da Saúde”, completou, alegando que é preciso deixar claro que a atuação é tripartite.

Não é de hoje que João Doria reclama da morosidade do Ministério da Saúde no envio de kits de intubação. Além das queixas em coletivas de imprensa, o governador recorreu às redes sociais. “Esses são os nove ofícios enviados pelo Governo de São Paulo ao Ministério da Saúde apontando, desde o dia 03/03, a necessidade de medicamentos que compõem o “kit intubação”. Não tivemos nenhuma resposta. É omissão e descaso do Governo Federal com a população”, atacou o governador.

Evaristo Sa/AFP



Queiroga: “Estados também têm que procurar esses medicamentos”

Nelson Almeida/AFP - 17/2/21



Doria: “É omissão e descaso do governo federal com a população”

O que é kit intubação

Veja quais medicamentos são necessários para proceder à intubação de um paciente com covid-19. Seis empresas (Vale, Petrobrás, Engine, Itaú, Unibanco, Raízen) doaram 2,3 milhões de remédios. O estoque é suficiente para abastecer o país por 10 dias.



Total de medicamentos: 2,3 milhões

Origem: doação feita pela Vale, Petrobrás, Engine, Itaú, Unibanco, Raízen

AÇÃO	MEDICAMENTO	QUANTIDADES	TEMPO DE COBERTURA NACIONAL
Bloqueador muscular	cisatracúrio, besilato em pó	600 mil	10 dias
Analgesia	fentanila, citrato	400 mil	10 dias
Sedação	midazolam	800 mil	10 dias
Sedação	propofol	500 mil	15 dias

Doria alega que o governo estadual teve os contratos de compra frustrados em decorrência das ações do governo federal. “Requisitaram a produção nacional destes medicamentos, dificultando a compra por governos estaduais e municipais. O Ministério da Saúde requisitou a produção nacional destes medicamentos, e SP ficou seis meses sem receber nenhum item proveniente desta requisição”, disse o tucano.

O ministério contesta a narrativa de São Paulo. Segundo a pasta, todas as requisições foram atendidas. “Cabe salientar que, diferentemente do que tem sido anunciado por algumas pessoas, os contratos vigentes foram mantidos em todas as indústrias que o ministério fez visitas para requisição das medicações”, disse o secretário de Atenção Especializada, Sérgio Okane. Ele ponderou, no entanto, que a evolução da pandemia é um fator importante para a situação crítica com os kits de intubação, e não a demanda de estados e municípios.

“Como a faixa etária da população atingida diminuiu, é um paciente que, muitas vezes, precisa de mais medicação. [...] As características clínicas da doença mudaram. Ninguém estava preparado. Nenhum deles estava preparado. Infelizmente, o mundo vive esse problema”, justificou Okane. Ele ressaltou, ainda, que, diferentemente da primeira onda, o agravamento da pandemia varreu todo o país.

O secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos, Helio Angotti, disse que, com o aumento exponencial dos casos, foi necessário incrementar as estratégias para “auxiliar os estados a harmonizar seus estoques”. Dentro das ações estão a requisição dos estoques de indústrias, aquisição internacional, novos pregões, execução dos saldos já contratados e pendentes e doações.

Ontem, a pasta recebeu a doação de 2,3 milhões de medicamentos de intubação orotraqueal (IOT) feita por um grupo de empresas formado pela Petrobras, Vale, Engie, Itaú Unibanco, Klabin e Raízen. Toda a remessa começará a ser distribuída hoje e deve chegar à rede hospitalar até amanhã. “É uma doação expressiva. Agradecemos publicamente porque sabemos que vão salvar muitas vidas”, reconheceu Angotti.

» O mundo está atento

Com a confirmação de mais 3.560 mortes pela covid-19, o Brasil alcançou ontem a marca de 365.444 óbitos e caminha para fechar o mês de abril com mais de 400 mil vidas perdidas. Em mensagem enviada aos prefeitos do Brasil, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Ghebreyesus, pediu aos gestores que continuem “com uma abordagem abrangente de medidas de saúde pública em conjunto com as vacinas” para combater a pandemia no Brasil. A ONG Médicos Sem Fronteiras (MSF), por sua vez, adotou um tom mais duro. “A falta de vontade política de reagir de maneira adequada à emergência sanitária está causando a morte de milhares de brasileiros”, criticou o comunicado, assinado pelo presidente internacional de MSF, Dr. Christos Christou, em referência à postura do governo federal.

DF: MPF quer lockdown

» JÉSSICA EUFRÁSIO

O Ministério Público Federal (MPF) entrou na disputa judicial para tentar reverter uma decisão monocrática do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Humberto Martins. Na sexta-feira passada, o ministro liberou o funcionamento de atividades não essenciais no Distrito Federal, por considerar que não cabia ao Judiciário interferir sobre assunto de competência do Poder Executivo.

Ontem, o subprocurador-geral da República, Nicolao Dino, apresentou um agravo contra a determinação. O pedido deverá passar por análise da Corte Especial do STJ, composta por 15 ministros. No recurso, Dino argumentou que “todos os elementos legitimadores” estão presentes para manutenção da determinação anterior, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que proíbe a reabertura de setores não essenciais no DF.

O subprocurador considera válida a decisão do desembargador federal Souza Prudente. O magistrado confirmou as medidas restritivas definidas pela juíza federal Katia Balbino, contrárias à reabertura de comércios e serviços em razão do agravamento da pandemia no DF e da falta de leitos em unidades de terapia intensiva (UTIs).

Para Dino, a decisão de Humberto Martins fez um “juízo político” para enfraquecer “fundamentos de natureza técnica”.

O subprocurador-geral da República justificou, no recurso, que há necessidade de ampliar as medidas de distanciamento social, como forma de amenizar a contaminação pelo coronavírus, principalmente se considerar-se o ritmo lento em que se desenvolve a vacinação contra a covid-19. “Os impactos da elevação da curva de contaminação pelo coronavírus ultrapassam fronteiras, não sendo o argumento de interesse local de proteção da ordem econômica — ainda que corretamente deduzido — suficiente para afastar restrições e medidas de distanciamento, em detrimento de toda coletividade”, enfatizou Dino.

Colaborou Cibele Moreira

CASO HENRY

Advogados querem pena máxima

» ALEXIA OLIVEIRA*
» FERNANDA STRICKLAND*

Os advogados de Leniel Borel, pai de Henry Borel, garoto de 4 anos que morreu em 8 de março no Rio de Janeiro, revelaram ao **Correio** as expectativas em relação ao caso. Os criminalistas Leonardo Barreto e Ailton Barros entendem que a criança morreu em decorrência de agressões violentas e esperam uma pena dura para o vereador Jairo Souza Júnior, o Dr. Jairinho, e Monique Medeiros, mãe da criança. “Com esse homicídio duplamente qualificado, pela tortura e sem possibilidade da vítima prover a sua própria defesa, esperamos a pena máxima e com todo e total rigor

da lei para os dois”, afirma Barros. Os advogados de Leniel Borel afirmam que o cliente não sabia que o menino sofria agressão. “O que nós tínhamos era a informação de que o menino dizia “o tio abraçava forte” e que isso incomodava a criança”, conta Barreto. Segundo os advogados, Leniel ouvia de Monique Medeiros, mãe de Henry, que os machucados eram normais. “Vamos combinar, é muito normal uma criança de 4 anos se machucar enquanto brinca de bola ou outras brincadeiras, até então não havia machucados que denotavam uma agressão ou abuso sexual”, alega.

Os advogados criticam, entretanto, o comportamento de Dr. Jairinho, que é médico. Eles en-

tendem que ele poderia ter dado os primeiros socorros na noite em que Henry desfalceu. “Quem me parece que tentou fazer alguma coisa foi a Monique”, cita Barreto.

Ailton Barros, por sua vez, conta que Leniel e Monique mantinham uma boa relação. “Eles estavam casados havia quase 10 anos, e é natural que nesse tempo tenha um desgaste na relação. Mas nada que afetasse a relação deles com a criança”, observa Barros. “O fato é que quando a mãe (Monique) se separou do pai, ela mudou o comportamento. Tanto em relação ao pai quanto ao filho”, afirma.

Leonardo Barreto comenta também a decisão de Monique Medeiros de trocar de advogados.

Reprodução/TV Globo



Leniel Borel mantinha, segundo advogados, boa relação com Monique

Contratada por Monique Medeiros, Thaise Mattar Assad fez um apelo em nome de sua cliente. “Deixem e ouçam a Monique falar. Por incrível que pareça, a situação

é tão trágica que a prisão da Monique, na verdade, representa a sua libertação contra a opressão e o medo”, disse a defensora. Barreto, entretanto, aponta

uma contradição na estratégia da defesa. “Ela (Monique) teve comportamentos bem desconexos de uma pessoa que está sendo coagida. Agiu com naturalidade, vestiu-se bem, foi ao cabeleireiro, tirou selfie na delegacia de polícia”, observa.

Barros e Barreto afirmam que a tragédia de Henry Borel serve de alerta para outros casos de agressão familiar. “Hoje (ontem) foi protocolado um projeto de lei, de autoria do deputado federal Hélio Lopes (PSL), que se chama “Henry Borel”. É uma forma de ajudar outras famílias que passam por isso. Esperamos que a justiça e o delegado responsável pelo caso nos ajudem para que esse ocorrido não vire um caso Marielle”, conta Ailton Barros.

* Estagiárias sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza